

**LÍNGUA PORTUGUESA**

1 - Qual palavra do texto em referência encontra-se grafada de forma indevida, em face do novo acordo ortográfico da língua portuguesa?

- (A) Simultâneo (*deixam de se acentuar as paroxítonas terminadas em ditongo*)
- (B) Técnico-operacional (*quando o prefixo termina por vogal, não se usa o hífen se o segundo elemento começar pela mesma vogal*)
- (C) Alude (*considerada arcaísmo, foi extinta do vocabulário português, junto com contactar, epifania e outras semelhantes*)
- (D) Nenhuma das alternativas anteriores.

2 - Assinale a frase que deve receber crase:

- (A) Escolheu um livro da estante e pôs-se a ler.
- (B) Apegava-se a família de maneira doentia.
- (C) O livro fazia referência a todas as escolas em que estudou.
- (D) Todas as alternativas anteriores

3 - Assinale a alternativa cuja palavra está escrita de forma correta:

- (A) Excessão
- (B) Espansão
- (C) Obsessão
- (D) Nenhuma das alternativas anteriores

4 - Na frase: “Não faz muito tempo”, o sujeito é:

- (A) Simples
- (B) Oculto
- (C) Indeterminado
- (D) Não existe.

DIREITO CIVIL

5 - “Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país ____ dias depois de oficialmente publicada”. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

- (A) 15
- (B) 30
- (C) 45
- (D) 60

6 - Sobre o conflito de normas, NÃO é correto afirmar:

- (A) No caso de conflito entre norma posterior e norma

anterior, valerá a primeira, pelo critério cronológico.

- (B) Quando se tem um conflito de uma norma especial anterior e outra geral posterior, prevalecerá o critério cronológico, prevalecendo a segunda norma.
- (C) Havendo conflito entre norma superior anterior e outra inferior posterior, prevalece a primeira, pelo critério hierárquico.
- (D) Norma especial deverá prevalecer sobre norma geral, emergencial, que é o critério da especialidade.

7 - São, via de regra, absolutamente incapazes:

- (A) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- (B) Os ébrios habituais.
- (C) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (D) Os pródigos.

8 - Sobre as classificações do negócio jurídico, aponte a assertiva INCORRETA:

- (A) *Negócios Jurídicos Declarativos* geram efeitos *ex nunc*, a partir da sua conclusão, pois constituem positiva ou negativamente determinados direitos.
- (B) *Negócios Jurídicos Reais* são aqueles que geram efeitos a partir da entrega do objeto, do bem jurídico tutelado.
- (C) *Negócios Jurídicos Personalíssimos* são aqueles dependentes de uma condição especial de um dos negociantes, havendo uma obrigação infungível.
- (D) *Negócios Jurídicos Consensuais* geram efeitos a partir do momento em que há o acordo de vontades entre as partes, como ocorre na compra e venda pura.

9 - A menoridade cessa, via de regra, aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. A incapacidade para os menores, todavia, cessa em face das situações abaixo, EXCETO:

- (A) Pelo exercício de emprego público efetivo.
- (B) Pela colação de grau em curso de ensino superior.
- (C) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- (D) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, desde que homologado judicialmente, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

**10 - Verifique as afirmações que seguem:**

I - Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

II - Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta não se verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.

III - Se for suspensiva a condição, enquanto esta não se realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.

- (A) Apenas I está correta.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) Apenas II e III estão corretas.
- (D) Todas estão corretas.

11 - Acerca da consignação em pagamento assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O pagamento em consignação é o meio indireto de o devedor, em caso de mora do credor, exonerar-se do liame obrigacional, consistente no depósito judicial (consignação judicial) ou em estabelecimento bancário (consignação extrajudicial), da coisa devida, nos casos e formas da lei.
- (B) Efetuado o depósito, não pode o devedor levantá-lo enquanto o credor não informar que aceita a consignação ou não a impugnar.
- (C) A consignação em pagamento não pode ser relacionada com obrigação de fazer ou de não fazer.
- (D) O pagamento em consignação tem natureza híbrida ou mista, ou seja, é instituto de direito civil e processual civil ao mesmo tempo (direito material + instrumental).

12 - Sobre a Responsabilidade Civil, averigue as assertivas que seguem:

I – A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

II – O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

III - São também responsáveis pela reparação civil, o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício

do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.

- (A) Apenas I e II estão corretas.
- (B) Apenas I e III estão corretas.
- (C) Apenas II e III estão corretas.
- (D) Todas estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13 - De acordo com o artigo 185 do CPC, “Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de ____ dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte”. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

- (A) 3.
- (B) 5.
- (C) 10.
- (D) 15.

14 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
- (B) Começa a correr o prazo quando houver vários réus, da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido.
- (C) Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
- (D) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado ou mantido, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.

15 - De acordo com o artigo 188 do CPC “Computar-se-á em _____ o prazo para contestar e em _____ para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público”. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas:

- (A) Triplo – dobro.
- (B) Dobro – triplo.
- (C) Quádruplo – dobro.
- (D) Dobro – quádruplo.

16 - Considere as seguintes assertivas, e marque a alternativa que melhor responde a questão:

I - Da decisão que inadmitir a apelação caberá agravo por instrumento, no prazo de 10 dias.

II - A petição de agravo de instrumento será instruída obrigatoriamente com cópias da inicial da ação de origem, da decisão agravada, da



certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

III - O recurso de apelação interposto em face de sentença que julgar improcedente os embargos à execução será recebido apenas no efeito devolutivo.

- (A) Apenas I e II estão corretas.
- (B) Apenas I e III estão corretas.
- (C) Apenas II e III estão corretas.
- (D) Todas estão corretas.

17 - Analise as assertivas que seguem:

I - Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

II - Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

Está(ão) correta(s):

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II.
- (D) Nenhuma.

18 - Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender. Acerca da citação, aponte a alternativa incorreta:

- (A) O comparecimento espontâneo do réu no processo supre a falta de citação.
- (B) Comparecendo o réu no processo apenas para arguir a nulidade e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado for intimado da decisão.
- (C) A citação será feita primeiramente pelo correio, para qualquer comarca do País, quando for ré pessoa de direito público.
- (D) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes.

19 - Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

- (A) Pela convenção de arbitragem.
- (B) Quando as partes transigirem.
- (C) Quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- (D) Quando o autor renunciar ao direito sobre o qual se

funda a ação.

20 - Faz coisa julgada:

- (A) Os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- (B) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- (C) A resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.
- (D) A apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.

DIREITO DO TRABALHO

21 - De acordo com a CLT, as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social serão feitas:

I - Na data-base.

II - A qualquer tempo, por solicitação do empregador.

III - No caso de rescisão contratual.

IV - Por necessidade de comprovação perante a Previdência Social.

Estão corretos os itens:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

22 - São exemplos de hipóteses de suspensão do contrato de trabalho:

I - Exercício de cargo público.

II - Mandato Sindical.

III - Férias.

Estão corretos os itens:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

23 - De acordo com a CLT, o pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos:

I - até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato.

II - até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

III - até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão quando do

cumprimento do aviso prévio.

Estão corretas:

- (A) Apenas as afirmativas I e II;
- (B) Apenas as afirmativas II e III;
- (C) Apenas as afirmativas I e III;
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

24 - Assinale a alternativa correta:



- (A) Na suspensão do contrato de trabalho o empregado deve ser remunerado normalmente, embora não preste serviços, contando-se também o seu tempo de serviço;
- (B) Na interrupção, o empregado fica afastado, não recebendo salário, nem é contado o seu tempo de serviço;
- (C) Na suspensão ocorre a cessação temporária e total dos efeitos do contrato de trabalho;
- (D) Na interrupção ocorre a cessação temporária e total dos efeitos do contrato de trabalho.

25 - Assinale a alternativa correta:

- (A) Nos contratos individuais de trabalho é lícita a alteração das respectivas condições de trabalho, de forma unilateral, uma vez detectada a possibilidade de prejuízos ao empregado ou ao empregador.
- (B) A determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança é uma hipótese de alteração unilateral.
- (C) Em caso de necessidade de serviço o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, não obstante as restrições do artigo 468 da CLT, mas, nesse caso, ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do salário que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.
- (D) É ilícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

26 - São exemplos de hipóteses de interrupção do contrato de trabalho:

- I - Aposentadoria provisória por Invalidez**
- II - Licença-Maternidade**
- III - Férias**

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas II e III
- (C) Apenas I e III
- (D) Todos os exemplos

27 - É fonte formal do Direito do Trabalho:

- (A) Súmulas do TST
- (B) Acordo coletivo de trabalho
- (C) Orientação jurisprudencial
- (D) Doutrina

28 - Para a estrutura fundamental do Direito do Trabalho, o fato do trabalhador não poder privar-se voluntariamente de vantagens conferidas pela lei trabalhista compõe o princípio da:

- (A) Prevenção
- (B) Precaução
- (C) Irretroatividade
- (D) Irrenunciabilidade

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

29 - NÃO caberá Recurso no Sentido Estrito:

- (A) Contra a decisão que revogar a medida de segurança.
- (B) Da decisão que concluir pela incompetência do juízo.
- (C) Contra a sentença que não receber a denúncia.
- (D) Contra a sentença definitiva de condenação proferida por juiz singular.

30 - Do despacho que indeferir o requerimento de abertura do inquérito caberá recurso:

- (A) Ao Ministério Público.
- (B) Ao Juiz da Comarca do lugar da infração.
- (C) Ao chefe de polícia.
- (D) Ao Juiz da Comarca do domicílio do réu.

31 - “O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que



considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica”. Trata-se de aplicação, no Processo do Trabalho, do princípio:

- (A) Inquisitivo
- (B) Do Juiz natural
- (C) Da imediatidade
- (D) Dispositivo

32 - Quanto ao instituto da litigância de má-fé na Justiça do Trabalho é correto afirmar:

- (A) As sanções decorrentes atingem o litigante e seu advogado.
- (B) Se opõe ao direito constitucional de ação.
- (C) Não é aplicável ao processo do trabalho de ofício pelo Juiz.
- (D) É aplicado mesmo quando a parte deduz pretensão ou defesa contra o texto expresso de lei ou fato incontroverso.

DIREITO CONSTITUCIONAL

33 - Assinale a alternativa que corresponde, dentre outros, a um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, preconizado na Constituição Federal:

- (A) A dignidade da pessoa humana.
- (B) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (C) A prevalência dos direitos humanos.
- (D) O repúdio ao terrorismo e ao racismo.

34 - Ao dispor acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, a Constituição Federal estabelece que a pena, cuja individualização será regulada através de lei, NÃO poderá ser:

- (A) De perda de bens.
- (B) De suspensão de direitos.
- (C) De banimento.
- (D) De interdição de direitos.

35 - São princípios básicos da Administração Pública, EXPRESSAMENTE previstos na Constituição Federal:

- (A) Legalidade, moralidade e coordenação.
- (B) Descentralização, impessoalidade e julgamento objetivo das propostas.

- (C) Moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) Vinculação ao instrumento convocatório, legalidade e impessoalidade.

36 - NÃO é um Órgão integrante do Poder Judiciário, consoante estabelece a Constituição Federal:

- (A) O Tribunal de Contas da União.
- (B) Os Tribunais Militares.
- (C) Os Juízes do Estado.
- (D) O Tribunal do Distrito Federal.

DIREITO PENAL

37 - Constitui-se, dentre outros, em crime praticado por particular contra a Administração em geral:

- (A) Prevaricação e Desobediência.
- (B) Tráfico de Influência e Desacato.
- (C) Resistência e Emprego Irregular de Rendas Públicas.
- (D) Desacato e Prevaricação.

38 - A pena prevista no Código Penal para o crime de Corrupção Passiva é de:

- (A) Reclusão, de 02 a 12 meses, e multa.
- (B) Somente multa.
- (C) Reclusão, de 02 a 12 anos, e multa.
- (D) Apenas Reclusão, de 15 dias a 06 meses.

39 - São princípios que resolvem o conflito aparente de normas, EXCETO:

- (A) Legalidade
- (B) Especialidade
- (C) Subsidiariedade
- (D) Consunção

40 - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes:

- (A) De genocídio, quando o agente for estrangeiro, qualquer que seja o seu domicílio.
- (B) Contra a fé pública de sociedade de economia mista federal.
- (C) Cometidos por particulares contra a administração pública
- (D) Contra a honra do Presidente da República.